

o verde-oliva

Centro de Comunicação Social do Exército | *Brasília, março 1984* | *Ano XI* | *N.º 96*



Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão para que a Nação não fosse levada à anarquia.

Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque
Ministro do Exército

EXÉRCITO BRASILEIRO

Compromisso com a Democracia

31 Mar 64

A Revolução Pernambucana de 1817

As origens do movimento podem ser colhidas nos históricos dias coloniais, quando o sentimento nativista, fortalecido em Guararapes, floresceu por toda a parte, deitando raízes profundas em terras pernambucanas.

A Revolta dos Mascates (1710) trouxe, no bojo da crescente rivalidade entre brasileiros e portugueses, conotações de amplo significado no processo de nossa libertação, com o surgimento de um impulso separatista e republicano.

A jornada de emancipação, implementada pelos episódios dos Emboabas e da Revolta de Vila Rica, encontrou ressonância maior na Conjuração Mineira. O projeto nativista evoluíra com o ideário da Revolução Francesa e os postulados da Constituição Norte-americana. Em sua essência, compunham-se por tradição em independência e república.

A chegada de D. João, ampliando o horizonte político, fizera declinar o ímpeto revolucionário, suscetível de alinhar-se aos exemplos da América Espanhola, que já caminhava para a irreversível fragmentação. À população, lançara esperanças de atendimento das novas necessidades geradas pelas transformações econômicas e sociais dos últimos tempos.

Uma outra realidade emergira do governo do Príncipe. As medidas progressistas não alcançaram as práticas administrativas coloniais, que persistiam com o mesmo autoritarismo. O surto de prosperidade, deflagrado com a Abertura dos Portos nove anos antes, parecia distanciar-se do Nordeste premido pelos efeitos danosos da seca de 1815 e pelo ônus imposto pela Campanha da Cisplatina.

Em Pernambuco, condicionantes peculiares engendraram o ambiente revolucionário. Conspirava-se desde muito na província. Uma devassa, em 1801, procurou apurar uma possível conjuração envolvendo outras províncias, com o fim de promover a independência. Sociedades secretas fomentavam discussões políticas e pregavam, às claras, as várias idéias da Europa.

A fraca administração provincial logrou agravar as insatisfações que se somavam gradativamente. Até na caserna criou descontentamento com o atraso indevido do pagamento de soldo às tropas. As arbitrariedades no recrutamento e as contribuições extraordinárias para as lutas do Prata, a carestia geral e o crescente antagonismo entre brasileiros e portugueses exacerbavam o clima de revolta. Grassava livremente a conspiração. Debatia-se a futura libertação por toda a parte, nas ruas, nos conventos, nas sociedades secretas, nos quartéis, nas famílias.

A 6 de março de 1817, estourava a Revolução em Recife. Amotinara-se o Regimento de Artilharia, estendendo a rebelião às ruas. A rápida derrota das autoridades provinciais ensejou a formação de um Governo Provisório republicano, com uma junta representativa de todas as classes, nos moldes franceses. Lançou-se uma proclamação revolucionária, em que se falava da "Pátria, nossa mãe comum". Instituiu-se a "bandeira da independência".

Para a consolidação da nova ordem política, expediram-se emissários para buscar o apoio das províncias nordestinas e a solidariedade de outras nações. A revolução alastrou-se a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, sem contar com o entusiasmo popular. Os governos estrangeiros não deram guarida às pretensões dos revolucionários.

D. João VI reagiu enviando uma força expedicionária de vulto mobilizada no Rio de Janeiro. Quando se iniciou o bloqueio dos portos de Olinda e Recife, o movimento estava circunscrito somente a Pernambuco. Logo sobreveio a derrota, seguida de violenta repressão.

A Revolução foi deflagrada de forma prematura. Imbuídos de ardor cívico e empolgados pelos ideais de liberdade que abalavam o mundo de então, os líderes defrontaram-se com contradições internas. Avultava, entre elas, a falta de identificação do povo com o movimento, que a ele não aderiu.

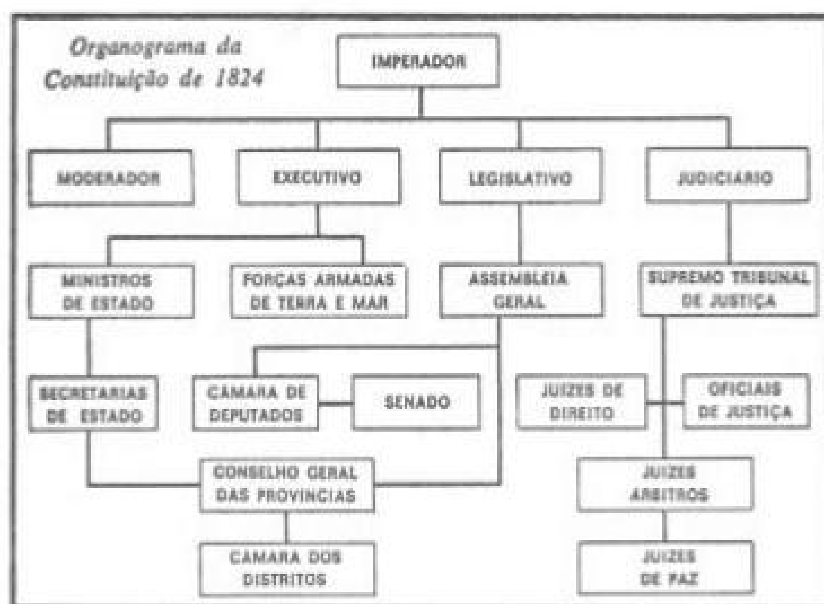
É de se destacar que o contexto político, vivido pelo Brasil com a transferência da Corte Portuguesa, representou a garantia da unidade nacional e da integridade territorial, sobre as quais se assentou a transição pacífica para nossa Independência. Dentro de tal perspectiva, o fracasso da tentativa nativista de 1817 representa significativo momento histórico de nossa luta pela liberdade, na medida em que o sangue de seus bravos combatentes robusteceu a determinação dos homens que promoveram a nossa emancipação política. ●



Aspecto do velho Recife (Praça Maciel Pinheiro). Século XIX

A Primeira Constituição Brasileira

25 de março de 1824



Vivia-se, no Brasil e no mundo, um momento especial de transição, quando foi promulgada a Constituição de 1824.

As primeiras décadas do Século XIX registravam o avanço das idéias liberais, em curso na França e na Inglaterra. Tratava-se de substituir as seculares estruturas centradas no autoritarismo político, promovendo a nova era de liberdades civis, de que a Independência Norte-americana representava o mais vivo e inspirador exemplo.

Revoltas de caráter liberal e de sentido anti-monárquico inflamavam as Américas Espanhola e Portuguesa, desde o último quartel do Século XVIII, engendrando a emancipação, muitas vezes ao custo da fragmentação violenta e do advento de governos fortes.

No Brasil, conviviam tendências diversas que se plasmaram sob o influxo de eventos significativos para a nossa libertação, como a Conjuração Mineira, o Governo de D. João, a Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolução do Porto.

Movimentos constitucionalistas conquistavam espaço político em todas as partes. Antecedendo a formalização de nossa Independência, já, em junho de 1822, concretizavam-se as medidas iniciais para a eleição de uma Assembléia Constituinte. Reunida desde maio de 1823, passou a examinar um projeto de constituição, de autoria de Antônio Carlos de Andrade e Silva.

Patenteou-se, desde cedo, a preocupação acentuada dos parlamentares em limitar os poderes do Imperador. Jornais, panfletos e constitucionais de oposição retratavam-no como um governante mais inclinado pelo regime anterior, do que um defensor das novas instituições.

Intensificavam-se os atritos. À medida que prosseguiam os trabalhos legislativos, acirravam-se as posições. A intransigência e o nacionalismo exaltado constituíam-se na tônica dos pronunciamentos.

Em novembro, um incidente de rua entre portugueses e brasileiros produziu o impasse e o choque de poderes. D. Pedro I dissolveu a Assembléia e instituiu o Conselho de Estado, a quem delegou a incumbência de elaborar a Carta.

Baseado no projeto Antônio Carlos, o novo colégio legislativo apresentou, em dezembro, o texto constitucional. A iniciativa da Câmara do Rio de Janeiro em adotá-lo encontrou acolhida no País. Restavam bolsões de resistência liberal, mais radicais com a dissolução da Assembléia e que desembocariam, a seguir, no movimento republicano da Confederação do Equador.

Em 25 de março de 1824, D. Pedro I promulgava a Primeira Constituição Brasileira.

Por sua evidente inspiração estrangeira, de origem inglesa e especialmente francesa, não se adequava à realidade brasileira do momento. A par deste inconveniente, apresentava méritos que permitiram a vigência de seus postulados básicos ao longo de todo o Império.

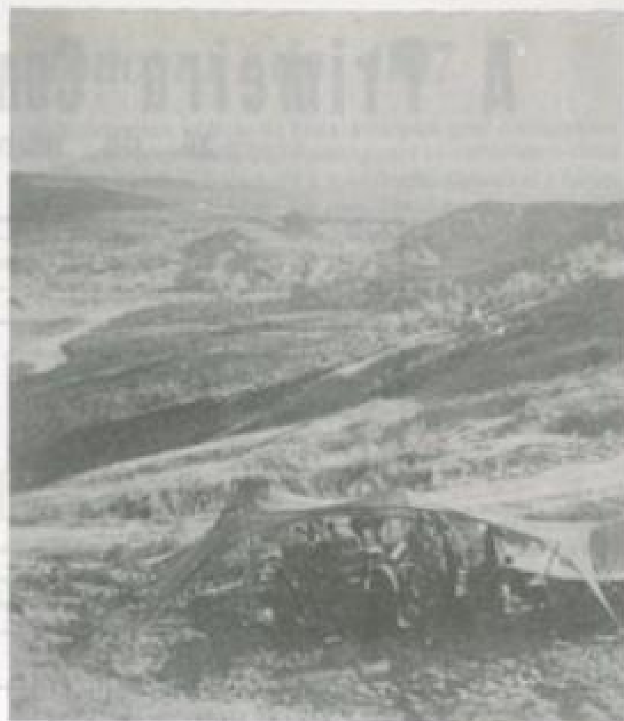
Os importantes fundamentos liberais de sua essência inscreviam-se, paradoxalmente, no mesmo estatuto em que era admitido o regime escravagista. Adotava princípios de direito individual em consonância com a evolução política e jurídica que se processava na Europa, colocando-se assim entre as mais modernas da época.

Consagrava a centralização em detrimento da autonomia provincial. A solução monárquica da Independência fora institucionalizada com a criação do Poder Moderador, atribuição exclusiva do Imperador, e que viria a constituir-se em um dos fatores de equilíbrio político no Segundo Reinado.

Era, acima de tudo, flexível na adoção de outras leis importantes, prescindindo de reformas. Ainda assim, absorveu duas modificações de vulto em seu texto, o Ato Adicional de 1834 e a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840, essenciais para que o País transitasse a salvo dos efeitos desagregadores das crises, na busca de seu verdadeiro destino.

Ressaltem-se, ao fundo deste quadro institucional de longa e essencial vigência nas fases iniciais de nossa vida de Nação independente, a expressiva intervenção de homens públicos como Caxias e a própria ação moderadora de D. Pedro II, fundamentais para nossa evolução política, com a preservaçãoda Unidade Nacional. ●

CASTELNUOVO



O desdobramento da nossa Artilharia para o ataque a Castelnuovo se fez da seguinte maneira: III Grupo em "apoio direto" ao 6.º RI, o I Grupo em "apoio direto" ao 11.º RI, e o IV Grupo em "ação de conjunto".

Findara-se o mês de fevereiro de 1945, com as significativas conquistas de Monte Castello e La Serra. Desmantelava-se, gradativamente, o poderoso cinturão defensivo alemão que se debruçava sobre o vale do Reno.

O hábil aproveitamento das íngremes vertentes dos Apeninos propiciara ao inimigo retardar o avanço aliado na direção do vale do Pó, desde os últimos meses de 1944. Acima de tudo, permitira conservar intacta a grande via de retraimento que demandava à Alemanha, através do Passo de Brenner, nos Alpes.

A tropa aliada restavam a limpeza do vale do Marano e a conquista da região de Castelnuovo – Monte Della Croce, como último passo antes de investir à linha fortificada de Montese, que barrava o acesso ao Pó.

Castelnuovo concentrava os últimos observatórios que devassavam os vales do Marano e do Reno, com domínio sobre a principal e única estrada de suprimento do IV Corpo de Exército na área, a rodovia n.º 64.

A limpeza da área do Marano desenvolveu-se entre 3 e 4 de março. A rápida ação da 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária, apossando-se de S. Maria Villiana e alturas circunvizinhas, facilitou aos americanos a eliminação das fortes resistências encasteladas em Monte Della Croce.

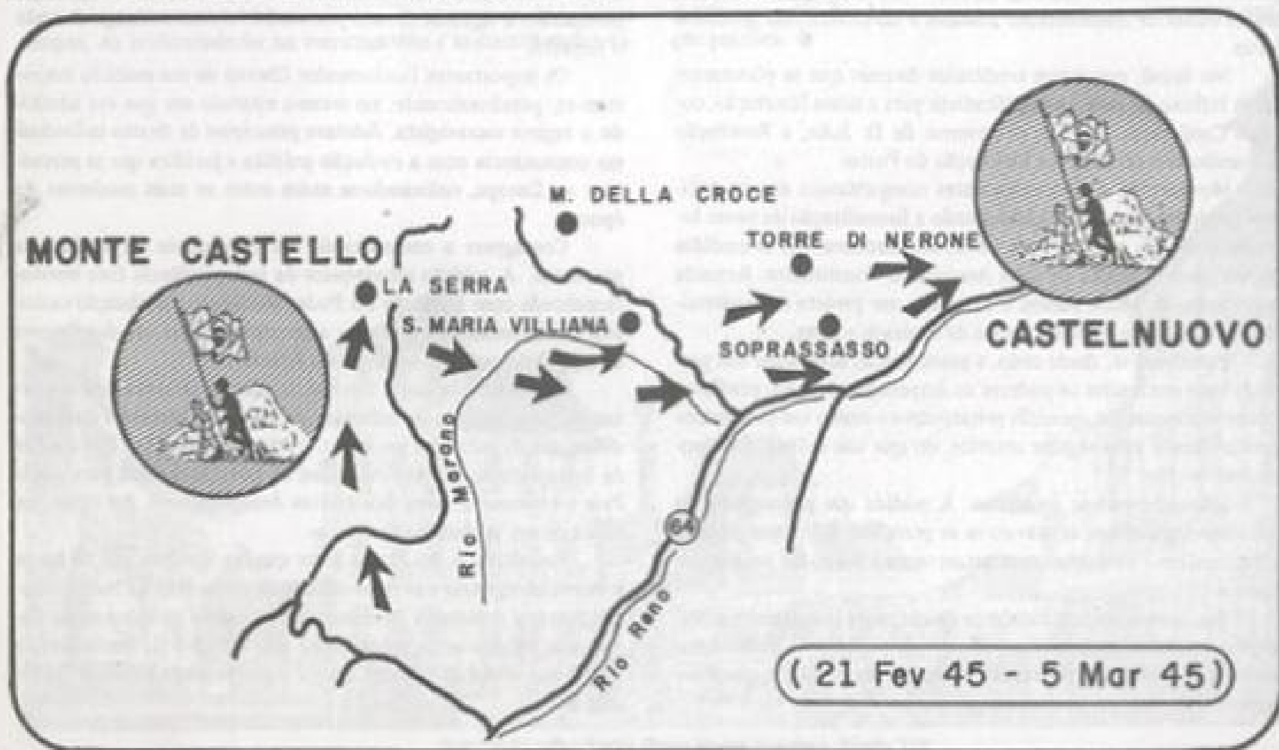
Preparado estava o cenário, onde os brasileiros coroariam sua histórica passagem pelo vale do Reno, com a vitória de Castelnuovo.

O sistema defensivo do baluarte inimigo assentava-se em casamatas, excelentes abrigos, campos minados nas passagens obrigatórias e intenso fogo a bater toda a frente. Interpondo-se à progressão, projetava-se, além das defesas, o espigão de Soprassasso, de encostas abruptas e sulcadas pela erosão, tristemente famoso pela eficiência de seus defensores.

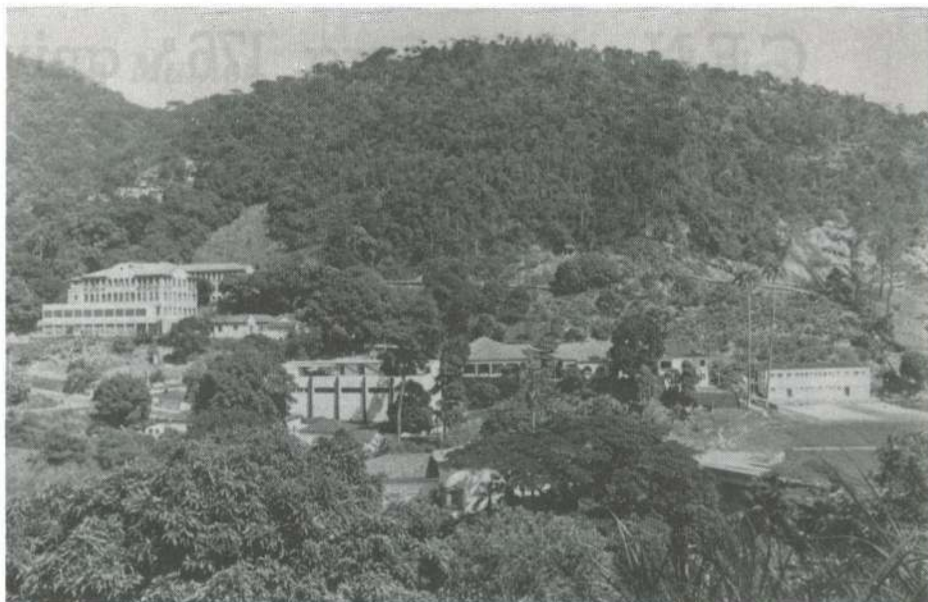
O Comandante da Divisão, Gen Mascarenhas de Moraes, conduziu a operação, montada em duas direções combinadas de ataque, incidindo sobre a crista e sobre a localidade de Castelnuovo. Precedida de uma ação preliminar na madrugada de 5 de março, encontrou feroz resistência do inimigo aferrado a cada linha do terreno, especialmente em Soprassasso.

O planejamento objetivo, precisamente executado com denodo, tenacidade e bravura por nossos combatentes, superou a experiente e hábil defesa alemã. Ao fim de um dia exaustivo e cruento combate, nossas forças penetravam em Castelnuovo.

Hoje, ao fazermos o registro desta gloriosa jornada, rendemos nosso preito de gratidão aos valorosos brasileiros que, fiéis às tradições de nossas armas, sacrificaram-se estoicamente por nossos mais caros ideais. ●



Fundação Osório



Na cidade do Rio de Janeiro, as Forças Armadas e outros colaboradores mantêm um Educandário capaz de propiciar ensino de ótima qualidade para filhas de militares. Sua Secretaria situa-se na rua Paula Ramos, n.º 52, no bairro do Rio Comprido.

A Fundação Osório, benemérita instituição criada em 1908, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de um grupo de Oficiais do Exército e da Marinha de Guerra, a fim de comemorar o centenário de nascimento do General Manoel Luis Osório, herói da Guerra do Paraguai e Patrono da Arma de Cavalaria, é destinada à educação das filhas órfãs de militares do Exército, Marinha e Aeronáutica. O orfanato da Fundação Osório foi autorizado a se instalar por Decreto n.º 4235, de 4 de janeiro de 1921, no governo de Epitácio Pessoa e, desde aquela época, vem, ao longo destes 63 anos de atividades, amparando, instruindo, educando, e tornando aptas para a luta da existência órfãs de militares, em sua maioria de modestos servidores da Nação. Seu funcionamento, por tão longos anos de contínuo e ininterrupto labor, representa o fruto de ingentes trabalhos e preocupações dos abnegados militares e civis que têm dado seu esforço e dedicação a tão nobre tarefa.

Esta instituição assistencial, numa feliz expressão da notável figura de cidadão e soldado que foi o saudoso General Henrique Geisel, foi cognominada de "Colégio Militar das filhas de militares".

Sendo ao mesmo tempo "lar e escola", a Fundação Osório esforça-se para proporcionar às suas alunas o melhor que se poderia desejar em termos de educação e instrução, através de atividades escolares, cívicas, religiosas, esportivas, e de sadio lazer. Lá funcionam os cursos regulares de 1.º e 2.º graus, além de técnica em secretariado. Vale mencionar que as alunas que concluem o 2.º grau estão aptas a prestarem exames vestibulares para o ensino superior, ao mesmo tempo em que se encontram devidamente qualificadas para o ingresso no mercado de trabalho, particularmente na área de secretariado.

As instruções reguladoras para a matrícula de filhas de militares da ativa, da reserva remunerada e reformados do Exército, acham-se contidas na Port 24-DGS, de 7 Dez 83 (publicada no Noticiário do Exército n.º 6434, de 10 Jan 84).

As alunas da Fundação são distribuídas pelas seguintes categorias:

a) Subvencionadas Órfãs (SO): são as órfãs de pai militar, mantidas por verbas orçamentárias;
b) Subvencionadas Não Órfãs (SNO): são as filhas de militares selecionadas para serem mantidas por verbas orçamentárias;
c) Contribuintes (Con): são as filhas de militares mantidas por seus responsáveis;
d) Bolsistas (Bol): são filhas de militares mantidas na Fundação por órgãos governamentais ou por outras entidades.

Na forma do estatuto da Fundação Osório, as órfãs têm precedência sobre as demais filhas de militares, quando da concorrência para matrícula.

As alunas subvencionadas pelas Forças Armadas, além de educação e ensino, recebem gratuitamente da Entidade: moradia, alimentação, uniformes, material escolar, assistência médica, e transporte.

O responsável pela candidata deverá ter como domicílio a cidade do Rio de Janeiro, e os requerimentos dos militares do Exército, solicitando a inclusão nas categorias SO e SNO, deverão ser entregues na Organização Militar ou no Órgão Pagador do requerente. Nos requerimentos deverão constar as seguintes informações: exposição sucinta do caso particular da candidata; grau de escolaridade da candidata; endereço completo do requerente; e anexos (certidão de nascimento da candidata e atestado do Comandante ou Chefe da OM ou do Órgão Pagador, declarando o número de filhas menores de 21 anos do requerente).

A grande benemérita da Fundação Osório foi D. Francisca Osório Mascarenhas, neta do general Osório, que, ao falecer em 1976 (no Rio de Janeiro), legou, em seu testamento, a casa em que residia (rua São Clemente, 175), seus pertences, e ações da Companhia Docas de Santos. Como bem se pode avaliar, essas doações, junto às numerosas outras em dinheiro que durante sua longa existência fez à Instituição, bem como o apoio dado à construção do monumental auditório (que tem o seu nome), por ela mandado edificar e equipar (em funcionamento desde 1.º de junho de 1976), bem demonstram o alto espírito cívico e patriótico de tão notável brasileira.

Quando foi dado a público o relatório da Fundação Osório, referente às suas atividades no ano de 1981, apresentado pelo seu presidente — Coronel Professor Carlos Cesar Guterres Taveira, verificou-se que, naquele ano a Fundação abrigou e educou 474 alunas.

O auxílio dos militares recebido pela Fundação Osório não só representa a materialização do culto ao valoroso soldado e cidadão Osório, como também a vivificação do verdadeiro espírito de camaradagem, uma das virtudes militares mais bem compreendidas e praticadas. Esta contribuição mensal serve para melhor amparar as órfãs de modestos companheiros de farda, e é, sobretudo, uma manifestação de patriotismo, pois financia a educação e instrução de meninas brasileiras, parte integrante de nossa mocidade, em quem, no dizer de um eminente brasileiro, "deposita o Brasil as suas mais caras esperanças". ●

CFN comemora 176.º aniversário



"Devo dizer que presto minha homenagem à característica mais significativa, para mim, desta organização; a característica que de fato pode levar à eficiência máxima, porque dá coesão e une todos os companheiros num só objetivo: é o espírito de corpo".

(Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo)

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) completou no dia 7 deste mês seu 176.º aniversário.

O CFN originou-se da Brigada Real da Marinha, criada em Portugal em 1797, e cujos componentes, juntamente com a Família Real, aportaram em 1808 no Brasil, como guarda e segurança do Príncipe Regente. Atuando desde 1809, na Campanha das Guianas, o CFN teve participação destacada na Consolidação da Independência do Brasil, e tomou parte na Guerra do Prata, Batalha de Paissandu, Batalha de Riachuelo e na Passagem de Humaitá.

Ao longo de mais de um século e meio de existência, o Corpo de Fuzileiros Navais recebeu várias denominações, tendo a atual sido estabelecida em 1932. Hoje, o CFN constitui a parcela da Marinha destinada a ações e operações terrestres necessárias a uma campanha naval e à guarda e segurança de Instalações Navais ou de interesse da MB, prestando-lhes apoio específico.

Diretamente subordinado ao Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, o Comando de Apoio do CFN, com suas Unidades e Estabelecimentos de ensino, coordena e controla as atividades dos órgãos de formação e instrução e, no campo logístico, pesquisa e desenvolve as técnicas de avaliação, especificação, produção, aquisição, manutenção e reparo de material. O Comando de Apoio conta com o **Centro de Recrutas**, órgão destinado à formação do soldado Fuzileiro Naval; **o Centro de Instrução e Adestramento do CFN**, responsável pela formação dos graduados, aprimoramento profissional dos Oficiais e Praças e pela solidificação dos princípios básicos que norteiam a vida do Fuzileiro Naval; e o **Centro de Reparos e Suprimentos do CFN**, com atribuições afetas ao material.

A Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), subordinada ao Comando de Operações Navais, é composta por duas Grandes Unidades Operativas: a Divisão Anfíbia e a Tropa de Reforço. Na FFE concentram-se os principais elementos de que dispõem os Fuzileiros Navais para emprego em operações terrestres de caráter naval, os quais são organizados em Unidades – Tipo, permanentemente prontas para ação.

A **Divisão Anfíbia** é constituída exclusivamente por Unidades leves, o que lhe proporciona mobilidade para o cumprimento de suas missões. Estruturada de forma a poder ser totalmente aerotransportada, embora esteja capacitada para deslocar-se rapidamente também por via terrestre, é integrada por seis Unidades: o Batalhão de Comando, o Batalhão de Serviços, três Batalhões **de Infantaria – Riachuelo, Humaitá e Paissandu** – e o Grupo de Artilharia.

Da **Tropa de Reforço** são destacados os elementos para prover o indispensável apoio e reforço à Divisão, na constituição de Grupamentos de Desembarque. Suas atividades vão desde o reconhecimento anfíbio à manutenção de viaturas e ao abastecimento, passando por engenharia de combate, comunicações, transportes, serviços e operações especiais. Entre seus integrantes destacam-se pára-quedistas, mergulhadores e comandos anfíbios. Batalhão de Comando, Engenharia, Manutenção e Abastecimento, Transporte Motorizado e de Operações Especiais – o Tonelero –, são as Unidades com que conta para o perfeito cumprimento das missões que lhe são atribuídas.

A FFE engloba em sua estrutura toda a tropa operativa, dela destacando elementos para formação dos Grupamentos de Desembarque, o que dependerá da natureza da missão a ser cumprida. Caracterizados por sua extrema versatilidade, esses Grupamentos ficam nucleados nas Unidades de Infantaria, sendo reforçados pelas Armas de Apoio. Quando embarcados na Força-Tarefa Anfíbia, constituem a Força de Desembarque, responsável pela execução do assalto e pela posterior conquista da "cabeça de praia", objetivo principal de uma Operação Anfíbia. Esquadrões de Helicópteros incorporam-se ainda a essa Força, proporcionando a capacidade de lançar tropa à retaguarda inimiga em um movimento denominado "Envolvimento Vertical".

Durante todo o ano, a tropa é preparada através de rigoroso adestramento objetivando aprimorar o preparo técnico-profissional de seus homens, através de efetiva instrução de combate.

O ciclo anual de adestramento culmina com a "Operação Dragão" – maior operação realizada pela Marinha desde 1964. Levada a efeito em diferentes praias do litoral brasileiro, a "Dragão" engloba componentes de terra, mar e ar, e seu planejamento e execução atingem níveis altamente complexos, produzindo grande impacto estratégico.

Os Fuzileiros Navais realizam ainda exercícios anfíbios em conjunto com Marinhas de países amigos – como a Operação "Readex" e a "Veritas" – englobando ações em terra, mar e ar, que são desenvolvidas por Forças de Desembarque, além de participarem de Operações Interaliadas em ambientes fluviais e ribeirinhos. ●

(Fonte: NOMAR)

Dia Internacional da Mulher

Ao ser comemorado, no corrente mês, o Dia Internacional da Mulher, desejamos externar nosso preito de gratidão às esposas e mães, colaboradoras eméritas e fontes perenes de inspiração e amor, que, no anonimato de suas tarefas domiciliares, contribuem, de forma inestimável, para a formação moral, espiritual e intelectual de nossos filhos, futuros cidadãos a glorificarem o Brasil.



Esposa de Soldado

Será que você tem idéia
Sobre a chama de luta e de epopéia
Que mantemos acesas em nossos lares?
Será que vocês sabem com justeza
Em que vivem as esposas militares?

A nossa vida é um misto emocionante
De cigano, guerreiro, bandeirante
Sempre longe dos entes mais queridos
Companheiras das lutas dos maridos
A seguí-los por ásperos caminhos
Achando rosas onde houver espinhos

A nossa vida é feita de saudades
De renúncias, de sustos e de esperas
Pertencemos a todas as cidades

Conhecemos verões e primaveras
Dos rincões desta terra, os mais distantes
Nesta vida de errante menestrel
Nós vivemos em todos os quadrantes
Sendo sempre as figuras mais vibrantes
Onde houver a corneta de um quartel

Os nossos corações não têm raízes
E a nossa alma não possui fronteiras
Trazemos no sotaque os mil matizes
De toda a nossa terra brasileira

Nos sentimos tranqüilas e felizes
Apesar do destino vagabundo
De vivermos um pouco em cada Estado
Pois não há nada, nada neste mundo
Melhor que ser esposa de um soldado.

(Neyde Cabral)

Calendário de Março

01 – Data da criação do Arsenal de Guerra (antiga Casa do trem) – D. João VI cria a Real Junta da Fazenda dos Arsenais, Fábricas e Fundição da Capitania do Rio de Janeiro e uma Contadoria dos Arsenais (1811)
– Data de criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – D. João VI (1811)
– Término da Guerra do Paraguai (1870)

02 – Dia Nacional da Poesia

05 – Conquista de Castelnuovo – FEB (1945)

06 – Data de início do movimento republicano "Revolução Pernambucana" (1817)

07 – Data de criação do Corpo de Fuzileiros Navais – D. João VI (1808)

08 – Dia Internacional da Mulher (ONU)

12 – Dia do Bibliotecário – Data de nascimento do bibliotecário, escritor e poeta Manuel Bastos Tigre (1882)

14 – Data de nascimento do poeta abolicionista Castro Alves (1847)
– Dia Nacional das Histórias em Quadrinhos (Cinqüentenário)

16 – Data de criação dos Ministérios do Exército e das Relações Exteriores – D. João VI (1808). No Governo provisório de D. Pedro I, separou-se a Pasta da Guerra (1821)

17 – Dia Marítimo Mundial

19 – Dia da Escola

23 – Dia Mundial da Meteorologia (ONU)

24 – Data de criação do Centro de Comunicação Social do Exército – C COM S Ex (1981)

25 – Dia da Promulgação da 1.ª Constituição do Império (1824)

27 – Dia do Teatro

28 – Dia do Diagramador – revisor

29 – Chegada ao Brasil do 1.º Governador-Geral Tomé de Souza e dos primeiros jesuítas (1549)

31 – Revolução Democrática de 1964
– Promoções de Oficiais-Generais e Coronéis

A Revolução Democrática de 31 de março

O TEMPO E A HISTÓRIA

Duas décadas são passadas desde o grave momento em que o Brasil esteve na iminência de ser dominado por um regime totalitário, que, no poder, mudaria violentamente seu estilo de vida, cerceando a liberdade – o mais caro e permanente valor do nosso povo.

Vinte anos é um período de tempo bastante longo para esmaecer as imagens de uma realidade vivida e desfigurar a importância de muitos acontecimentos. Em contrapartida, não é tempo suficiente para que esses acontecimentos adquiram sua verdadeira dimensão histórica, única perspectiva capaz de situá-los em sua devida proporção e contexto.

Tal fato parece explicar, em parte, a ignorância e a desinformação com que é tratada algumas vezes a Revolução, quando isso não decorre de interesses pessoais e políticos em jogo.

Esta mensagem, mais do que uma simples reflexão ensejada pela passagem do vigésimo aniversário da Revolução de 31 de Março, pretende dar continuidade ao cumprimento do dever de informar e esclarecer. Destina-se particularmente aos mais jovens, que, não tendo vivido na plenitude aqueles instantes cruciais de nossa trajetória, defrontam-se a todo momento com as mais variadas versões sobre o assunto, nem sempre isentas e imparciais.

O QUADRO

Para tentarmos recompor os contornos, e reavivar os contrastes da imagem que sofre a ação inexorável do tempo, busquemos o auxílio dos jornais e publicações da época, nacionais e internacionais.

Partindo apenas da premissa de que as citadas publicações, ainda hoje editadas, gozavam da mesma credibilidade que agora ostentam com justo orgulho, fixemos nossa atenção sobre as notícias referentes à situação vivida pelo Brasil no início do ano de 1964. Vejamos o quadro apresentado:

– Massas crédulas e agitadas eram iludidas com promessas de "reformas de base" nunca definidas precisamente, ao mesmo tempo em que elementos infiltrados no próprio governo alardeavam que a ordem democrática era incapaz de assegurar as soluções desejadas. Intensa agitação era fomentada em torno do tema da reforma agrária, sem referência a qualquer espécie de solução definitiva para este importante problema.

– Entidades estudantis, como a UNE, voltavam-se com exclusividade para a agitação, atuando em sintonia com organizações sindicais nacionais e estrangeiras.

– O meio sindical brasileiro, dominado pelo "Comando Geral dos Trabalhadores", engendrava a todo momento greves políticas, ameaçando a produção e a própria economia nacional.

– Às greves políticas de pressão, seguiam-se concentrações populares de desordeiros, promovidas com verbas federais, onde pregadores extremistas exigiam a destruição das instituições. A baderna resultante dessas manifestações constituía permanente ameaça à ordem pública nos grandes centros urbanos.

– Grupos extremistas, organizados sob a proteção do governo, proliferavam e pregavam a luta entre as classes sociais, lançando a discórdia e a intolerância no campo e na cidade.



A baderna resultante de greves políticas e concentrações de populares desordeiros constituía permanente ameaça à ordem pública nos grandes centros urbanos.

– Congressistas, participantes da trama, exigiam o fechamento do Congresso Nacional no próprio recinto da instituição.

– Incitavam-se abertamente o ódio e a luta de classes. Estimulavam-se, em escala crescente, demonstrações de força, tumultos, invasões de propriedades e todos os tipos de atentados à ordem pública.

– Minorias comprometidas com o processo de subversão da ordem tentavam obter o apoio das Forças Armadas e, para tanto, procuravam dividí-las através de ações planejadas, como a "revolta de Brasília", a "greve dos marinheiros" e a "reunião dos graduados no Automóvel Clube".

O PROCESSO SUBVERSIVO

Estes fragmentos, embora incompletos, parecem suficientes para recompor a realidade vivida pelo país no primeiro trimestre de 1964, que pode ser resumida como se segue:

– Graves ameaças pairavam sobre a ordem pública, a estrutura econômica e a própria continuidade do regime democrático;

– Não havia garantias de qualquer espécie;
– Delineavam-se a anarquia, o caos e o suicídio de uma Nação.

A imagem, ainda que em linhas gerais, foi restaurada. Mas isso não é tudo. Se é inconcebível supormos que um povo ou um governo procure deliberadamente sua autodestruição, importa acima de tudo sabermos a quem interessava este estado de coisas.

A resposta para esta indagação pode ser encontrada se analisarmos, com o devido cuidado, a atuação do comunismo internacional em diversos países hoje dominados.

No Brasil, sua primeira investida concreta ocorreu em 1935. A infiltração comunista nas Forças Armadas resultou na morte de vários Oficiais e Praças, que, surpreendidos em pleno sono, foram covardemente assassinados por elementos comprometidos com a rebelião deflagrada no Rio, em Natal e Recife.

Nos acontecimentos que culminaram com a Revolução de Março de 1964, outra foi a linha de atuação, diferente nos métodos, mas idêntica nos objetivos.

Nessa oportunidade, a sutileza da estratégia comunista internacional estabelecia que, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a revolução não tivesse, em sua primeira fase, uma conotação ostensivamente marxista-leninista. O importante era obter uma ampla infiltração nos postos chaves e transformar a conquista de outros em vitória comunista.

O poder seria alcançado através de um movimento que eclodiria facilmente se houvessem determinadas condições favoráveis. Estas condições implicavam na existência de um clima de caos generalizado.

As greves políticas ajudariam a desorganizar a economia nacional; as agitações populares, na cidade e no campo, comporiam a desagregação política e social e serviriam para enquadrar as massas e testar a força do movimento revolucionário.



A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" deve ser sempre lembrada, pela importância que teve nas decisões tomadas pelas Forças Armadas.

A omissão e a conivência do governo, na oportunidade, permitiram que esta estratégia fosse aplicada ao Brasil, com absoluta fidelidade. A partir da ocupação de importantes cargos administrativos, agitadores infiltraram-se em todos os setores da sociedade, notadamente nas entidades estudantis e sindicais, meios intelectuais e Forças Armadas.

Desencadeou-se então, habilmente conduzido pelo Partido Comunista, o processo subversivo, na formidável campanha de enfraquecimento da democracia, que culminou com o quadro já apresentado.

A RESPOSTA

A imensa maioria do nosso povo tinha plena consciência de que estava em jogo todo um patrimônio de riquezas materiais e valores morais, conquistado a custa de duras lutas. Os brasileiros sabiam que estavam prestes a perder suas mais preciosas conquistas, entre as quais a liberdade, pois, até então, jamais ocorreram neste País condições tão favoráveis para que um regime totalitário tentasse a tomada do poder.

A sociedade brasileira, através de seus setores mais representativos, percebeu que estava na iminência de concretizar-se a trama urdida para desviar os rumos da História e mudar os destinos da Nação.

À perplexidade seguiu-se a reação, e, em todos os quadrantes do Brasil, ordeiramente, o povo ocupou os espaços das praças e das ruas para protestar.

As imagens dessas manifestações em favor da Democracia, e de repúdio ao ardil que se desenvolvia, precisam também ser restauradas, se quisermos entender os acontecimentos em sua verdadeira dimensão.

A propósito, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" deve ser sempre lembrada pela importância que teve nas decisões a que se viram obrigadas as Forças Armadas. Cerca de oitocentas mil pessoas reuniram-se em São Paulo, portando rosários e entoando cânticos religiosos, numa comovente e corajosa tomada de posição contra a comunização do Brasil.

As Forças Armadas sempre repugnaram totalitarismos de esquerda e de direita. Vítimas da investida brutal de 1935, e tendo pago um alto preço em vidas humanas nas lutas contra o nazifacismo na Segunda Guerra Mundial, acompanhavam diuturnamente o processo subversivo que sacudia o País, cientes também de que suas próprias fileiras estavam infiltradas por minorias atuantes.

Não poderiam, deste modo, ficar insensíveis aos clamores angustiados de uma Nação prestes a ser atrelada a interesses estranhos à nossa formação cristã e ordeira. No momento em que algumas lideranças civis, com amplo respaldo popular, acharam por bem dar um basta, encontraram as Forças Armadas prontas para garantir a preservação do regime democrático.

Como em outros exemplos da nossa história, sua ação foi rápida e decisiva, pautada pela moderação e tendo a lei como princípio e fim.

É pois, da máxima importância que as gerações mais jovens compreendam que a Revolução de 31 de Março de 1964 não foi, nas suas origens e fundamentos, um movimento de natureza militar, embora a reação da sociedade acuada tenha-se concretizado através da ação de seu segmento armado.

Desencadeadas as operações militares, iniciados os movimentos de tropa, a Revolução encontrou, de imediato, a mais completa ressonância em todas as camadas da população. Em pouco mais de quarenta e oito horas, em todo o território nacional, os brasileiros comemoravam a sobrevivência da democracia e a preservação da soberania nacional, com intenso júbilo, pois tudo se fez sem derramamento de sangue.

As Forças Armadas para sempre se orgulharão do papel desempenhado naqueles dias memoráveis, porque atuaram: →

- atendendo ao clamor público;
- em consonância com sua destinação constitucional, como sustentáculo da lei, da ordem e do regime democrático;
- em sintonia com a História Pátria, preservando os valores maiores da nacionalidade.



Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro Presidente do Brasil após a Revolução de 1964, na foto ao lado de seu Ministro da Guerra, Gen Ex Arthur da Costa e Silva, enfrentou com coragem e determinação os graves problemas existentes no país.

O MOMENTO PRESENTE

As imensas dificuldades que se seguiram ao 31 de Março evidenciaram o quanto as estruturas da sociedade haviam sido enfraquecidas pelo processo subversivo a que estiveram submetidas. O abalo sofrido exigiu um trabalho de reconstrução sem paralelo na nossa história, de tal ordem que nem mesmo os mais comprometidos com a situação anterior ousaram negar sua importância.

Todos os graves problemas nacionais foram enfrentados com coragem e obstinação, visando a criar melhores condições de vida para os brasileiros.

Se erros houve, muito mais numerosos e significativos foram os acertos. Os empreendimentos efetivados nos setores básicos da infra-estrutura nacional – transportes, energia, siderurgia, telecomunicações e outros – trouxeram resultados altamente positivos ao nosso desenvolvimento.



Anualmente, civis e militares comemoram a Revolução de 31 de Março de 1964, que trouxe de volta ao país a normalidade política e social. Na foto, missa em ação de graças aos brasileiros que sacrificaram suas próprias vidas em defesa da ordem e da liberdade.

Um capítulo a parte nesta luta diz respeito à recuperação política, social e administrativa do País. Essas estruturas foram valorizadas e hoje dão firme suporte à Nação, para que a mesma possa enfrentar suas dificuldades sem colocar em risco a ordem e as instituições.

A conjuntura adversa, que no último decênio asfixiou a economia internacional, refletiu-se com maior intensidade nos países em vias de desenvolvimento, impondo-lhes sacrifícios de toda ordem. Nos dias atuais, as graves conseqüências do processo recessivo mundial nos atingem duramente, gerando muitas vezes um clima de angústias e incertezas que o nosso povo tem sabido superar com determinação e coragem.

É pois compreensível, nesta quadra de sacrifícios reais e imagens distorcidas, que algumas conquistas da Revolução – até mesmo a própria sobrevivência da democracia – pareçam distanciadas no tempo e que seus contornos percam nitidez.

Nesta mesma ordem de idéias, é lícito supormos que poucos se dão ao trabalho de conjecturar sobre a situação que estaria vivendo hoje o País, caso não tivesse fortalecido suas estruturas políticas e sociais.

Mas sabemos que, no devido tempo, a História projetará suas luzes restabelecendo a verdade dos fatos e revelando sua real dimensão.

Importa-nos, sobretudo, refletir um pouco mais sobre o momento presente, nacional e internacional, para constatarmos que, em plena travessia de uma das mais graves crises de sua História, a Nação orgulha-se de permanecer livre e soberana, praticando o aprimoramento de suas instituições democráticas.

Esta sim, é uma referência nítida e uma inspiração para que confiemos nos destinos do Brasil. É, acima de tudo, uma grandiosa lição e um estímulo para que preservemos os ideais da Revolução de 1964, visto estrelaçarem-se e confundirem-se com as mais legítimas aspirações do povo brasileiro. ●



C Com S Ex

3.° aniversário



No dia 24 de março de 1981, pelo Decreto n.º 85 836, o Presidente da República criou o "Centro de Comunicação Social do Exército", órgão normativo e de assessoramento, subordinado diretamente ao Ministro do Exército.

Através da Portaria Ministerial n.º 913, de 17 de novembro de 1983, o Ministro do Exército – Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque – aprovou o novo Regimento Interno do C Com S Ex, que tem por finalidade definir a organização pormenorizada do Centro, bem como as atribuições de seus elementos constitutivos.

Dentre as várias missões do Centro, destacam-se as de planejar, promover e coordenar as atividades de Comunicação Social no Ministério do Exército, particularmente nos campos de Relações Públicas, Psicológicas, Ação Comunitária, Assuntos de Governo, assessorando também o Ministro nas atividades de Assuntos Civis.

Outras tarefas de grande relevo são as cooperações com a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, bem como as ligações com os órgãos de igual nível dos demais Ministérios, buscando a conjugação de esforços nas atividades específicas. Também é digno de menção o desenvolvimento de ações e atividades de Comunicação Social voltadas para o público interno e externo, visando a manutenção e ao fortalecimento da coesão, do moral e da verdadeira imagem do Exército Brasileiro.

A missão não é fácil. Com os esforços dispendidos pela equipe de Oficiais, Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados, além dos Funcionários Civis, o C Com S Ex, a cada ano, firma-se como uma entidade necessária e atuante, trazendo, no bojo de seus trabalhos, a certeza da importância de suas missões, e colhendo os frutos de seus ingentes e anônimos trabalhos ao longo destes três anos de existência.

Estes trabalhos, visando ao fortalecimento dos suportes morais, espirituais e culturais dos integrantes do Exército, além da promoção contínua do aperfeiçoamento técnico-profissional, e, ainda, contribuindo de forma clara e honesta para reforçar os princípios cívico-democráticos e o sentimento patriótico do público brasileiro, fazem do C Com S Ex uma arma poderosa, influente e meritória, servindo, destarte, para estimular o desempenho individual dos cidadãos brasileiros, tornando-os imprescindíveis ao esforço coletivo necessário ao desenvolvimento e grandeza da Nação.









Cultura Filatélica

Passamos a apresentar, a partir deste número, vez por outra, uma seção de Filatelia, onde, através destas minúsculas páginas de enciclopédia, tomamos conhecimento de muitos detalhes da história universal e do folclore dos povos.

Devemos aproveitar ao máximo, a intrínseca capacidade de difusor cultural que o selo postal possui.

Dentre os diversos temas abordados nas emissões filatélicas, escolhemos para publicação a temática referente à história político-militar-científica, por ser mais diretamente vinculada ao nosso espaço cultural-militar.



A primeira emissão postal brasileira

Menos de um ano depois de aparecer o primeiro selo postal na Inglaterra, o Imperador Pedro II assinava a lei que adotou o uso do selo postal em nosso País. Essa lei foi complementada no ano seguinte, quando se estipulou os valores faciais de 30, 60 e 90 réis para os selos, e que só veio a ser posta em prática em 1.º de agosto de 1843, data em que entrou em circulação a primeira emissão postal brasileira.

Essa emissão se tornaria uma das mais populares da Filatelia internacional, além de ficar conhecida pelo apelido de "Olho-de-Boi", que lhe foi dado pela semelhança existente entre a sua estampa e os olhos dos bovinos. Ela foi gravada na Casa da Moeda do Brasil e impressa na sua Oficina de Estamparia das Apólices, no Rio de Janeiro, e teve seu motivo escolhido pelo provedor Camilo João Valdetaro que, preocupado em dificultar a falsificação e evitar a imitação do original inglês, fez com que prevalecesse um desenho sóbrio, onde aparece em destaque a taxa relativa ao porte.

Com justificado orgulho, eminentes filatelistas conservaram em suas coleções exemplares raros dos famosos "Olhos-de-Boi".

Ano passado, a sua commemoração ocorreu em pleno desenrolar da Brasiliana 83 – Exposição Internacional que colocou o Brasil, mais uma vez, como o centro das atenções da Filatelia mundial.

A presente emissão, ao estabelecer a ligação entre esses dois marcos que são a emissão dos "Olhos-de-Boi" e a Brasiliana 83, registra um dos momentos mais belos da Filatelia brasileira.

(Fonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT)



Olimpíada da 11.ª Bda Inf Bld



Com a participação de centenas de atletas militares, a 11.ª Brigada de Infantaria Blindada (Campinas–SP) levou a efeito sua Olimpíada, da qual participaram as seguintes Unidades: 4.º BIB (Quitaúna–SP), 28.º BIB (Campinas–SP), 37.º BI Mtz (Lins–SP), 2.º RCC (Pirassununga–SP), 2.º GAC AP (Itú–SP), 2.º B Log (Campinas–SP), e um Grupamento de Subunidades (11.º Esq C Mec, 2.ª Cia Com, 11.º Pel PE e Cia Cmdo/11.ª Bda Inf Bld).

Durante uma semana foram disputadas as seguintes modalidades: futebol de campo, pentatlo militar, voleibol, basquete, atletismo, tiro e orientação.

A Olimpíada foi vencida pelo 2.º RCC, ficando em 2.º lugar o 28.º BIB, e em 3.º lugar o 2.º BLog.

Na foto, aspecto da solenidade de encerramento da Olimpíada.

Olimpíada Interna



Desenrolou-se no Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) mais uma Olimpíada Interna, que contou com grande número de participantes e muita vibração por parte dos Alunos.

No resultado final despontou o Esquadrão de Cavalaria, que foi o vencedor dentre as Armas, e no âmbito do 1.º grau venceu a 7.ª série.

A foto registra a solenidade de abertura, com o "juramento do atleta".

IV Olimpíada de NPOR

Transcorreu, no Quartel do 62.º Batalhão de Infantaria (Joinvile–SC), a IV Olimpíada dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) da 14.ª Brigada de Infantaria Motorizada (Florianópolis–SC).

Na ocasião, foram disputadas as seguintes modalidades desportivas: atletismo, lançamento de granadas, tiro de fuzil, futebol, volibol, basquetebol e corrida rústica (8.000m).

Sagrou-se "bi-campeão" da Olimpíada o NPOR do 63.º BI (Florianópolis–SC), que conquistou todos os troféus e medalhas de 1.º lugar das modalidades disputadas.



Troféu "Correia Lima"

Pela terceira vez consecutiva, o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) do 3.º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, "Regimento Mallet" (Santa Maria–RS), venceu as competições realizadas entre os NPOR da área da 3.ª Divisão de Exército.

Foram disputadas as seguintes modalidades desportivas: atletismo, futebol, volibol, basquetebol, tiro, pentatlo militar e corrida rústica.

Além do NPOR do 3.º GAC AP, participaram os do 7.º Batalhão de Infantaria Blindado (Santa Maria–RS), 61.º Batalhão de Infantaria Motorizado (Santo Ângelo–RS), 9.º Regimento de Cavalaria Blindado (São Gabriel–RS), 3.º Grupo de Artilharia Antiaérea (Caxias do Sul–RS) e do Parque Regional de Manutenção/3 (Santa Maria–RS).

Na foto, aspectos da competição de atletismo.



Encerramento de Curso



Realizou-se, na Escola de Educação Física do Exército (Rio de Janeiro–RJ), a cerimônia de encerramento do Curso de Auxiliar de Treinador de Futebol.

A formatura contou com 33 (trinta e três) ex-atletas profissionais de renome nacional e internacional, entre eles ORLANDO PEÇANHA e JAIRZINHO.

O ato contou com a presença de autoridades militares e figuras das mais representativas do cenário desportivo nacional.

Na foto, os concludentes juntos com o então Diretor da DACED, Gen Bda Mário Vital Guadalupe Montezuma, o Cmt da EsEFEx, Oficiais instrutores e Sargentos monitores.

8.ª Corrida "Arranca - Toco"



O 18.º Batalhão de Infantaria Motorizado (Porto Alegre–RS) levou a cabo a 8.ª Corrida "Arranca-Toco", que contou com a participação de equipes representativas das Organizações Militares da Guarnição de Porto Alegre, Organizações Policiais Militares da Brigada Militar, e grande número de civis.

O evento revestiu-se de pleno êxito, e serviu de motivação para o preparo físico dos militares da área, bem como de confraternização para os integrantes das diversas Unidades aquarteladas na cidade.

Na foto, um flagrante da partida.

Troféu Guaicurus

Efetuou-se no Quartel do 10.º Regimento de Cavalaria – "Regimento Antonio João" (Bela Vista–MS) a 3.ª temporada hípica do Troféu Guaicurus, entre as OM da 4.ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Dourados–MS).

O 10.º RC sagrou-se vencedor nas seguintes modalidades: Concurso Completo de Equitação (CCE) para Oficiais e para Subtenentes e Sargentos, Prova para Cavalos e Cavaleiros novos, Saltos para Subtenentes e Sargentos e Pólo.

Desta forma, o "Regimento Antonio João" conquistou o Troféu Guaicurus, que aparece na foto exibido pelo Comandante da OM.



Campeonatos Hípicos

O 5.º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Quaraí–RS) fez realizar um campeonato de Saltos e outro de Adestramento. As disputas contaram com a participação de 74 concorrentes, inclusive estrangeiros (Uruguai).

Na foto, flagrante do salto. O Cap Bidone foi o vencedor das séries preliminares.



Informe VO

Páscoa de Militares



A Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea – EsACos AAe (Rio de Janeiro–RJ) realizou a Páscoa dos Militares para seus integrantes, tendo sido a Santa Missa celebrada pelo Capelão da Vila Militar. Na ocasião, diversos soldados realizaram a 1.ª Comunhão.

O evento contou com a participação dos militares e funcionários civis da Escola, além de convidados.

Encerramento de Curso



Com a presença do Professor Antonio Carlos Bonnard, representante do Diretor do Centro Educacional de Niterói, da Supervisora Lilian Mara Costa Felten, da Professora Maria Célia de Oliveira e dos Comandantes de Subunidades, o 30.º Grupo de Artilharia de Campanha (Niterói–RJ) realizou a cerimônia de encerramento do Curso Supletivo que funcionou na Unidade, sendo, na ocasião, entregues Diplomas a 30 (trinta) Soldados.

A programação da cerimônia constou de: composição da Mesa; canto do Hino Nacional; palavras do Cmt da Unidade; tema musical interpretado pela Banda de Música da 2.ª Bda Inf; palavras do Prof Bonnard (foto acima); entrega dos Certificados; palavras do Sd Jorge de Assis Olinto da Silva; e entrega de prêmios aos 3 (três) Cursistas que mais se destacaram.

Operação ACISO

A 9.ª Brigada de Infantaria Motorizada (Es), Rio de Janeiro–RJ, coordenou uma "Operação ACISO" no Distrito de Lídice, Município de Rio Claro–RJ, empregando militares das OM subordinadas e com a colaboração de civis da comunidade.

Foram atendidas 3679 pessoas, apoiadas nos setores médico-odontológico, de documentação e assessoria jurídica, num total de 8485 atendimentos setoriais variados.

No encerramento da operação, houve uma retreta a cargo da Banda de Música do 57.º BI Mtz (Es) e um desfile militar com a tropa da SUOPES, que participou de um exercício na mesma região.

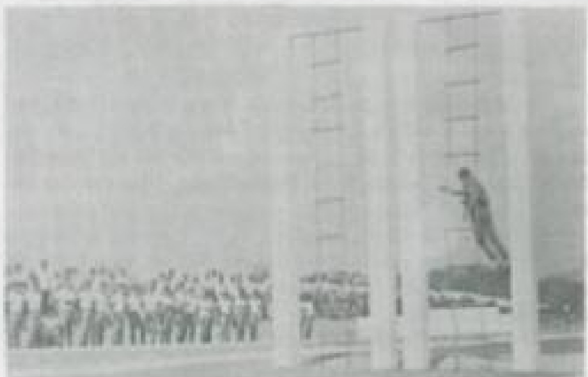
Na foto, um flagrante do atendimento dentário.



Pista de Obstáculos

O 3.º Batalhão de Engenharia de Construção (Picos–PI) inaugurou sua Pista de Obstáculos de Pentatlo Militar.

A construção desta Pista veio preencher uma lacuna existente nos meios de instrução da Unidade, e, certamente, irá aperfeiçoar sobremaneira o adestramento individual de seus militares.



SENTIDO DESCANSAR

À VONTADE!



Epistolografia Militar

Ilmo Sr Coronel Comandante

Ao completar, no serviço ativo do Exército, o tempo permitido por lei para um Cabo de Núcleo-Base, quero agradecer a todos os meus superiores a compreensão e a paciência que tiveram comigo, e aos subordinados a cooperação que sempre me deram, durante estes seis anos em que servi neste Regimento e numa mesma Bateria.

Fiz muitos amigos, e aprendi tudo sobre um "Autopropulsado" e, além de tudo, aprendi a amar tudo o que é "verde-oliva".

Hoje, para mim, é um dia inesquecível. Estou triste por deixar de prestar os meus serviços ao Exército, que aprendi a amar e, quando preciso for, a honrá-lo com o sacrifício da própria vida.

Ao mesmo tempo, deixo esta Brigada, que, com seu símbolo (a "boina preta"), rompe barreiras e impõe seu respeito, pois são os blindados que passam e abrem brechas para que a Infantaria possa prosseguir sua missão.

O mais importante para mim é a certeza de ter prestado bons serviços a esta Unidade, onde aprendi a manejar um FAL, e onde recebi importantes instruções ministradas por Oficiais e por Sargentos, sempre muito bem explanadas e executadas.

Minha querida Unidade, que ora deixo, é tradicional e possui um conceito altíssimo na Brigada. Para mim, foi a melhor escola que passei, e, ao partir para a vida civil, sigo alegre e feliz por estar certo do meu dever cumprido como militar do "Regimento Floriano".

Ao retomar à vida civil, quero dizer aos meus superiores que, a qualquer momento, estarei sempre pronto a servir à minha Brigada e ao meu Exército. E, para um "Autopropulsado" em condições de romper barreiras e obstáculos, voltarei sempre que for necessário, para defender o bom nome do Regimento, da Brigada e, o mais importante, defender o meu querido Brasil.

Muito obrigado!

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1984.

Pedro Almeida Santos Neto

Ex-Cabo da 1.ª Bateria de Obuses Autopropulsados
1.º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado
5.ª Brigada de Cavalaria Blindada

Você Sabia?

OS MAIORES RIOS DO MUNDO

Nome do rio	Extensão (em km)	Desemboca no
Nilo	6632	Mediterrâneo
Amazonas	6400	Atlântico
Mississipi	5936	Golfo do México
Obi-Irtish	5536	Golfo de Obi
Yang-tsé	5440	Mar da China
Amarelo	4800	Mar Amarelo
Congo	4348	Atlântico
Lena	4288	Mar Laptev
Mackenzie	4216	Mar Beaufort
Mekong	4160	Mar da China
Niger	4160	Golfo de Guiné
Paraná	4000	Rio da Prata
Murray-Darling	3696	Oceano Índico
Volga	3664	Mar Cáspio
Madeira	3360	Rio Amazonas
Lenissei	3328	Mar de Kara
Purus	3200	Rio Amazonas

Obs.: Tradicionalmente, o Amazonas é considerado o segundo rio do mundo em extensão, pois sua medição foi feita tomando-se como referência a margem Norte; no entanto, pela margem Sul, abaixo da Ilha de Marajó, tem 6750 km – desta maneira pode-se considerá-lo o maior do mundo.

Filosofando



... Ah, sim! Repetirei: os homens superiores são **silenciosos.** Se considerarmos ao redor de nós a ruidosa futilidade do mundo, palavras que quase nada dizem, ações que quase nada significam, nenhum aumento de valor, haveremos de gostar de refletir no grande império do silêncio. Quantos homens nobres, dispersos por aqui e além, cada um no seu recanto, pensam silenciosamente, trabalham silenciosamente! Homens de quem nenhum noticiário da manhã faz a mínima menção... Êles são o sal da Terra. Um país que tiver poucos ou não tiver nenhum homem desses, estará seguindo um mau caminho; será como uma floresta que não tenha raízes, que se manifeste toda em troncos, ramos e folhagem: necessariamente há de secar em curto prazo e deixará de ser floresta.

Thomas Carlyle

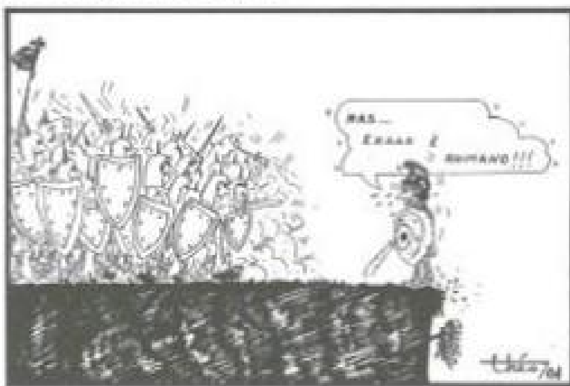
Trecho do livro "Os Heróis e o Culto do Herói" (1841), que obteve, na época, grande êxito.

NR: Thomas Carlyle (1795 – 1881)

Escritor inglês, autor de numerosa obra no campo da história, do pensamento social e do ensaio.

Verdox, o Romano







CPOR/R

Cinqüenta anos servindo ao Brasil

Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

Resumo Histórico

O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife é um estabelecimento de ensino militar destinado à formação de Oficiais da reserva do Exército. Foi criado conforme Portaria Ministerial de 13 de novembro de 1933, ficando subordinado, inicialmente, à 7.ª Região Militar.

Com a reorganização do Exército, pelo Decreto n.º 66216, de 17 de fevereiro de 1970, o CPOR/Recife passou a integrar a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), Rio de Janeiro–RJ, subordinada ao Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), Brasília–DF.

O CPOR do Recife iniciou suas atividades em 1.º de abril de 1934, com o curso de Infantaria, tendo, em 26 de setembro de 1936, declarado a 1.ª turma de Asp Of R/2, composta de 15 Aspirantes. A partir de outubro de 1942, entraram em funcionamento os Cursos de Artilharia e de Intendência, sendo este último extinto em agosto de 1964 e reativado no mês de julho de 1965. Em dezembro de 1949, o Centro teve o efetivo aumentado em virtude da organização do Curso de Engenharia. No período de dezembro de 1956 a agosto de 1963, funcionou o Curso de Saúde, destinado aos universitários que estivessem matriculados nas faculdades de Farmácia, Medicina, Odontologia e Veterinária. Esse curso formava 3.º Sargentos que, ao serem diplomados pela Universidade, eram declarados Aspirantes-a-Oficial Farmacêuticos, Médicos, Dentistas ou Veterinários da reserva de 2.ª classe do Exército. Em maio de 1966, viu-se o CPOR/R acrescido do Curso de Comunicações. Finalmente, em fevereiro de 1978, foi criado o Curso de Material Bélico. Atualmente formam-se Aspirantes nos Cursos de INF, ART, ENG, COM, INT e MAT BEL.

Fatos Importantes

Na intentona comunista de 1935, o CPOR/R tornou-se palco de inequívocas demonstrações de lealdade e bravura nos sangrentos acontecimentos ocorridos em 24 de novembro, quando, no seu aquartelamento, o 1.º Tenente Intendente José Sampaio Xavier tombou no cumprimento do dever, brutal e covardemente assassinado, ao se opor à tentativa de sublevação das praças do Contingente do Centro, lideradas pelo então Sargento Gregório Bezerra.

O CPOR/R se fez presente na Segunda Guerra Mundial, na pessoa de vários de seus ex-alunos, que, após declarados Aspirantes-a-Oficial, integraram as fileiras da Força Expedicionária Brasileira. Nos Campos de Batalha da Itália, ofereceram incontestáveis exemplos de abnegação e coragem. Entre muitos, citamos: Alcione de Melo, Djalma Correia de Paula Machado e Eugênio de Luna Pedrosa.

O CPOR/R teve, também, participação ativa na Revolução Democrática de 31 Mar 64, cumprindo várias missões externas, destacando-se, entre elas, os serviços de censura e segurança em estações de Rádio, Televisão, Correios e Telégrafos, etc.

Como reconhecimento ao meritório trabalho realizado pelo CPOR/R, o Presidente da República, por Decreto de 16 de julho de 1981, houve por bem conceder a insígnia da Ordem do Mérito Militar à sua bandeira.

Em 17 de junho de 1982, foi instituída a Associação dos Ex-alunos do CPOR/R, que veio preencher uma antiga aspiração dos ex-membros do Centro, cujo propósito maior era o de congraçar os Oficiais da reserva de segunda classe, formados por este tradicional estabelecimento. Esta entidade representa um prolongamento dos objetivos do Grêmio Ten Cel Correia Lima, que se propõe, também, a cultivar o civismo como indeclinável dever do cidadão, afinado com os legítimos anseios democráticos do povo brasileiro.



A 13 de novembro, o CPOR do Recife comemorou seus cinqüenta anos de criação, e, ao longo deste tempo, vem prestando inestimáveis serviços à formação da jovem oficialidade da reserva brasileira. (Na foto, o Pavilhão de Comando)

Contribuição do Centro

Em meio século de existência, o CPOR/R deu sobejas provas de dedicação à Pátria, e vem prestando inestimáveis serviços ao Exército e ao Brasil. Na vida pública, o CPOR/R orgulha-se de ter projetado no cenário nacional o nome de muitos ex-alunos, que se notabilizaram como Governadores e Secretários de Estado, Parlamentares, Magistrados, Educadores profissionais liberais, Empresários, homens de artes e ciências.

Em seu longo acervo de serviços prestados ao Exército, o CPOR/R formou mais de cinco mil Oficiais da Reserva de 2.ª classe e Reservistas, que, além do aprendizado militar, retornaram à vida civil com salutares hábitos de pontualidade, respeito à ordem e à disciplina, responsabilidade, e inúmeros conhecimentos úteis ao cidadão, tornando-os melhores para viverem em prol da sociedade.

Destarte, o CPOR do Recife, de forma idêntica aos outros existentes, constitui-se num importante elo de ligação do Exército com a comunidade civil, tornando-se o traço de união entre a Segurança e o Desenvolvimento.